

Caderno de Resumos do
V Seminário de Ciências Sociais

Políticas Públicas e Práticas
Culturais no Brasil Contemporâneo

Universidade Estadual de Maringá
Departamento de Ciências Sociais

COORDENAÇÃO GERAL

Profª. Drª. Simone Pereira da Costa Dourado

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profª. Drª. Carla Cecília Rodrigues Almeida

Profª. Drª. Marivânia Conceição de Araújo

Profª. Drª. Zuleika de Paula Bueno

COMISSÃO TÉCNICA

Denise Cristina Montanher

Fernando Santiago Júnior

Gabriela Prado Maragno

APOIO

Departamento de Ciências Sociais

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Fundação Araucária

COORDENAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

SESSÃO 01: Profª. Drª. Eliane Sebeika Rapchan

SESSÃO 02: Prof. Dr. Antônio Ozai da Silva

SESSÃO 03: Prof. Dr. Fábio Viana Ribeiro

SESSÃO 04: Profª. Drª. Cleyde Rodrigues Amorim

SESSÃO 05: Prof. Dr. Sergio Candido de Mello

SESSÃO 06: Profª. Drª. Eide Sandra Azevedo Abreu

SUMÁRIO

<i>Coffe And Machine: Economia e Sociedade Agrária Paulista no Século XIX</i>	5
A Mesorregião Noroeste Paranaense e as Mudanças Territoriais no Meio Rural.....	6
Pensar sobre o Planejamento Urbano de Maringá.....	7
Redução Jesuítica de Santo Inácio do Ipaumbucu: um estudo das políticas de gestão de um patrimônio arqueológico no Paraná.....	8
O Legislativo Municipal de Maringá: perfis dos vereadores da 12 ^a e 13 ^a Legislaturas.....	9
Um Estudo sobre a Proposta de Alvaro Vieira Pinto para a Universidade Brasileira na Década de 1960.....	10
Do Campo ao Campus – a busca dos universitários sem-terra pelo espaço acadêmico.....	11
Educação Ambiental.....	12
O Ensino de Sociologia e a Abordagem da Educação Popular.....	13
O Projeto Educacional de Nietzsche: a busca pela übercultura.....	14
Por uma “Sociologia Crítica do Conhecimento”: notas de leitura sobre Michael Löwy.....	15
O ECA: Aplicações Práticas em Instituições Religiosas.....	16
Estudo e Diagnóstico da Unesco: Serviços e Atendimento para Crianças de 0 a 6 anos no Brasil.....	17
Tecnologia e Educação: a fórmula do sucesso?.....	18
As Políticas Educacionais na Atualidade: Neoliberalismo e Descentralização..	19
“Tempos Modernos” (1936): Complexo de Símbolos da Modernidade do Capital e a sua Relação com a Indústria Cultural.....	20
Espiritismo e Teledramaturgia Brasileira: objetos de um “casamento” realizado na alegria, no sucesso e na audiência.....	21
Os Signos da Identidade Guarani (Ñandeva): um estudo sobre as mudanças de seus suportes identitários na atualidade.....	22
“Comunidades Híbridas”: Relações entre Humanos e Macacos num Parque do Município de Maringá – PR.....	23

“Comunidades Híbridas”: Relações entre Humanos e Macacos num Parque do Município de Maringá – PR.....	24
Um Estudo da Identidade Indígena no Contexto Urbano em Eldorado/MS.....	25
A Conciliação entre Estado e Capital: uma nova roupagem através das políticas culturais e dos paradigmas democráticos.....	26
Estudo de caso: a precarização do trabalho, o caso das costureiras faccionistas de Sarandi.....	27
Estudo das Representações Sociais do Programa Bolsa Família.....	28
O Terceiro Setor enquanto Agente de Desenvolvimento de Políticas Públicas no Atual Cenário Social Brasileiro.....	29
Políticas Públicas na Cidade de Maringá: algumas reflexões sobre o lazer.....	30
Da Criptologia à Assinatura Digital – um debate a favor da segurança pública digital.....	31
<i>Vote Vets</i> : fim ou fins de guerra?.....	32
O Indulto como Instrumento de Defesa dos Direitos Humanos e Justiça.....	33
Atuação do Programa Pró-Egresso de Maringá.....	34

SESSÃO 01
PROCESSOS DE OCUPAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

01/11/2007 – 14h00 – bloco E46 – sala 01

COFFE AND MACHINE: ECONOMIA E SOCIEDADE
AGRÁRIA PAULISTA NO SÉCULO XIX

Victor Garcia Miranda (UEM)

Orientador: Mário L. N. de Azevedo (DFE-UEM)

Este trabalho, envolvido pelos campos disciplinares Sociologia Rural e História Econômica, visa elucidar o impacto do uso de máquinas nas fazendas de café paulistas no fim do século XIX sobre a produção agrícola e a sociedade ligada ao plano rural. No primeiro momento da investigação se evidencia a transição de uma economia mercantil escravocrata à uma economia capitalista de mercado, como substância movedora da mudança não só das formas de produção, mas da constituição social e dos costumes humanos. Essas agudas transformações podem ser objetivamente observadas nos multi-meios de alcance da produtividade sob o formato de máquinas – edificadoras de um emergente nível de produtividade para o mercado externo. Da Europa também vinham os projetos e propostas de máquinas que deveriam ser implantadas, ao sabor da dominação estrangeira que vigorava no país e da elaboração técnico-científica aos moldes dessa mesma dominação. Essas ferramentas provindas do *duo* metal-madeira se infiltravam nas propriedades rurais diversificadamente, de acordo com as condições econômico-sociais das regiões cafeeiras. Em meio a essa segregação de condições em âmbitos regionais, os indivíduos (em escala parecidas) são dissonantes no uso de novas tecnologias ou não, a partir de suas características sociais. O que se revela com essas afirmativas é o impelir da máquina em um novo mundo do trabalho (em conjunto com as imigrações) e uma acentuada mudança operada pela aceleração da capacidade da produção cafeeira (algo refletido no âmago da vida das pessoas).

A MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE E AS MUDANÇAS TERRITORIAIS NO MEIO RURAL

Josiane Fernandes de Carvalho (UEM)

Este trabalho, que compreende uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida para a dissertação de mestrado em Geografia, tem por finalidade apresentar a reordenação territorial no campo a partir da modernização da agricultura na mesorregião Noroeste Paranaense. Dessa forma, objetiva-se realizar um resgate histórico do processo de ocupação da região abordada, destacando as peculiaridades relacionadas ao espaço rural, contrapondo com os novos arranjos territoriais acirrados com a mundialização do capital e a apropriação capitalista do território. O processo de ocupação da grande região Norte do Paraná se configura historicamente como um espaço de colonização planejada. As terras, em sua maioria sob posse de uma empresa (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) foram vendidas numa perspectiva de obtenção de altos lucros, mas possibilitou que milhares de pessoas migrassem para região no sonho da terra própria e de melhores condições de vida. No entanto, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, a estrutura do espaço agrário foi alterada, não só pela concentração do uso da terra, mas também pelas relações sociais. A tecnificação, a proletarização do homem do campo, a concentração da renda da terra, e até mesmo a integração da unidade de produção familiar à produção industrial foram conseqüências de um processo intenso e gradativo. Sem dúvida, esse movimento do capital não é único de uma região, nem mesmo homogêneo no cenário brasileiro, mas, em certa medida o noroeste paranaense expressa, em grande parte, as mudanças que se desenrolaram principalmente a partir da década de 1970 no meio rural. Diante disso, pôde-se analisar a partir de dados do IBGE sobre a região que na medida em que o capitalismo avança sobre o meio rural a ótica do território passa a ser modificada, determinando uma nova organização ao campo. A padronização da mercadoria e do consumo estabelece novas relações sociais, até mesmo nos lugares mais longínquos. Esse novo modelo de organização social faz com que os lugares sejam mesclados de experiências locais e mundiais, e é a partir disso que novas territorialidades podem ser construídas, como síntese das novas experiências.

PENSAR SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO DE MARINGÁ

Hugo Sefrian Peinado (UEM)

O estudo sobre o planejamento urbano de Maringá compreende uma diversidade de perspectivas apresentadas por inúmeros pesquisadores no âmbito das Ciências Sociais, da Geografia, da História e da Arquitetura e Urbanismo. Nesse contexto, realizamos um projeto de iniciação científica (PIC) intitulado *Levantamento e Sistematização de Fontes Bibliográficas sobre Arquitetura e Sociedade em Maringá no segundo pós-guerra*, no qual, objetivamos fazer um levantamento bibliográfico de trabalhos, tanto científicos, quanto não-científicos, relacionados à história social, história do urbanismo, da urbanização e do planejamento urbano maringaenses. Dentre todos os estudos realizados por diversos pesquisadores e registrados no levantamento bibliográfico, foi selecionado um dos temas, o qual pertence ao campo das Ciências Sociais, no caso, a questão de segregação socioespacial contida no planejamento de Maringá. A cidade de Maringá foi planejada pelo engenheiro e urbanista Jorge de Macedo Vieira e implantada pela atuação enfática da Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP). Conforme relata a historiografia, o plano da cidade previa a conveniente localização dos bairros, apontando a cada um sua função predeterminada, no caso, residencial, residencial popular, operário, industrial, de armazéns, dentre outros. Esse aspecto apresenta claramente o germe da segregação que estava contido no empreendimento, qual seja, com as datas sendo vendidas a preços diferenciados, cada bairro seria destinado a uma classe social, o que interessava à CTNP/CMNP, já que, com a elitização de determinados espaços, a comercialização desses lotes seria feita a preços maiores. Desse modo, conclui-se que a cidade de Maringá, fundada como parte de um lucrativo empreendimento imobiliário, seguiu, desde o início, uma linha de ação baseada no mercado imobiliário, o que resultou em uma ocupação territorial com caráter segregador.

REDUÇÃO JESUÍTICA DE SANTO INÁCIO DO IPAUMBUCU: UM ESTUDO DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE UM PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO PARANÁ

Josilene Aparecida de Oliveira (UEM)

Este trabalho apresenta um estudo das políticas adotadas para a patrimonialização e a (des) patrimonialização das ruínas da Redução Jesuítica de Santo Inácio do Ipaumbucu, desde 1924, ano de concessão das terras da Colônia Zacarias de Góes pelo Governo do Estado Paraná, para colonização. Localizado no vale do Paranapanema, o atual Município de Santo Inácio, abriga dentro de seus limites vestígios arqueológicos de ocupação humana pré-histórica datados de 6000 anos antes do presente e históricos a partir dos séculos XVI e XVII. Cartas jesuíticas são os primeiros registros históricos de sua existência, seguida de uma ampla documentação produzida ao longo dos períodos de (re) ocupação. No entanto, a legislação e os estudos arqueológicos e históricos que revelaram a importância desse Patrimônio para o estudo mais aprofundado das Reduções Jesuíticas no Guairá no século XVII, contexto de aplicação da Pedagogia Jesuítica e da História Colonial do Brasil não foram suficientes para garantir a sua preservação. Um processo sistemático de (des) patrimonialização e gradual destruição podem ser percebidos, desde 1960.

O LEGISLATIVO MUNICIPAL DE MARINGÁ: PERFIS DOS VEREADORES DA 12^A E 13^A LEGISLATURAS

Tiago Valenciano Previatto Amaral (UEM)

Orientadora: Celene Tonella (DCS-UEM)

O objetivo principal deste projeto, ainda em andamento, é traçar o perfil da Câmara de Vereadores de Maringá, na 12^a. Legislatura (2001 a 2004) e na 13^a. Legislatura (2005 a 2008). O enfoque surge a partir da relação existente entre a elite política local e o legislativo, com ênfase no perfil dos edis que participaram das respectivas legislaturas. As elites políticas são instrumentos de domínio da minoria sobre a maioria. Existentes na esfera pública, estas elites políticas são detentoras do poder político. De herança portuguesa, as Câmaras Municipais geralmente são compostas por membros das elites políticas locais, membros estes providos das mais diversas áreas de atuação. Afinal, quem são os vereadores? Com esta premissa, alguns aspectos serão delineados: a ocupação profissional de cada vereador; carreira política prévia, antes de assumir o mandato como vereador; o local de nascimento; a faixa etária; mulheres e homens: qual a presença de cada sexo nas legislaturas; escolaridade. Defronte à “profissão vereador”, algumas facetas da atividade dos mesmos devem ser observadas atentamente, como os aspectos qualitativos dos projetos apresentados. Adiante, nesta época examinada, dois grupos políticos estiveram na prefeitura. Surge, então, a questão: qual o relacionamento destes vereadores com o executivo? No decorrer das eleições realizadas no período estudado, consideramos principalmente os pleitos de 2000 e 2004, que enfocam mais nosso objeto de pesquisa. No entanto, há a necessidade de se considerar as eleições de 2002 e 2006, fatos que também movimentam a política local. Assim, examinaremos a movimentação partidária (idas e vindas dos vereadores nos partidos políticos), com ênfase na fidelidade partidária, evidenciada atualmente pelas decisões tomadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, quanto aos mandatos não só dos parlamentares, mas também daqueles que ocupam cargos no executivo. O índice de reeleição também será apreciado. Desta forma, este projeto justifica-se por trabalhar com um tema de interesse para Maringá: seu legislativo no século XXI e ação realizada pelos membros deste. Constitui-se, assim, em uma tarefa investigativa da política local, reguladora das políticas públicas que circundam os municípios maringaenses.

SESSÃO 02
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E QUESTÕES
CONTEMPORÂNEAS I

01/11/2007 – 14h00 – bloco E46 – sala 03

**UM ESTUDO SOBRE A PROPOSTA DE ALVARO VIEIRA
PINTO PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA
DE 1960**

Amilton Costa (UEM)

Orientador: Ângelo Aparecido Priori (DHI-UEM)

No início da década de 1.960 diversas bandeiras reformistas foram levantadas por vários setores da sociedade brasileira que estavam insatisfeitas com a realidade social, política e econômica do país. Foi no interior dessas discussões que emergiram as primeiras propostas de reforma universitária defendidas por diversos intelectuais brasileiros, tais como; Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Roque Spencer Maciel de Barros e Álvaro Vieira Pinto. O objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise sobre a proposta deste último intelectual, que ficou conhecido nos meios acadêmicos como sendo um estudioso de cunho radical. Ele ganhou a simpatia de muitos membros do movimento estudantil e acabou servindo de embasamento teórico para nortear os discursos políticos de muitos líderes da UNE. Eles teciam severas críticas ao modelo de ensino superior brasileiro que se tinha até aquele momento. Segundo Álvaro Vieira Pinto e seus interlocutores, o ensino superior brasileiro era elitista e estava voltado para garantir a reprodução de padrões culturais e educacionais comprometidos com a manutenção da ordem social vigente, e que estava fortemente influenciada pela ideologia capitalista norte-americana. Para modificar essa sociedade, segundo Álvaro Vieira Pinto, seria necessário organizar um novo modelo de ensino superior que fosse capaz de oferecer subsídios a população brasileira, visando organizar uma intensa luta social, capaz de criar as condições sociais, políticas e culturais indispensáveis para provocar um processo de rompimento no modelo de opressão que as classes dominantes exerciam sobre as classes trabalhadoras. Essa nova realidade do país viria a acontecer se fossem criadas instituições de ensino superior capazes de servirem de instrumentos para a conscientização da população nacional e a criação de um novo paradigma educacional, capaz de redirecionar o seu foco de atenção na grande massa populacional e não mais nas classes dominantes, como havia feito a universidade tradicional. Os estudantes teriam um papel fundamental nesse processo político, pois deveriam conduzir a reforma universitária, que deveria ser apenas uma parte da grande reforma social que deveria perpassar a nossa sociedade.

DO CAMPO AO CAMPUS – A BUSCA DOS UNIVERSITÁRIOS SEM-TERRA PELO ESPAÇO ACADÊMICO

Emerson dos Santos Dias (UEM)

Queremos com esta apresentação discutir o processo desencadeado por universitários sem-terra e que tem como objetivo garantir o direito de exercer a cidadania dentro dos espaços públicos, a começar pela aprendizagem do ensino superior. Ao destacar os avanços conquistados pelos movimentos sociais rurais dentro dos “espaços públicos”, arenas em que a reorganização das mobilizações populares atuais se aprimorou nas últimas duas décadas, é possível esboçar conquistas futuras na área da Educação.

O objetivo deste trabalho é expor um breve relato sobre os resultados das pesquisas concentradas, durante o Mestrado do autor, em um novo personagem sociológico: o universitário sem-terra. Este que despontou como prova da resistência e da capacidade de reorganização dos movimentos sociais do campo e que agora passa a integrar outros movimentos sociais urbanos em uma nova frente de batalha: a ocupação do campus, com o objetivo de busca absorver conhecimento científico (para reutilizá-lo e disseminá-lo dentro do grupo de origem) enquanto dialoga, debate e troca experiências com acadêmicos da cidade. Compreender este novo estranho – lutando para agir dentro e fora das fronteiras sociais, ocupando espaços públicos e debatendo as condições do país nas arenas político-sociais, enquanto tenta manter sua identidade junto às raízes históricas ao mesmo tempo em que serve de ponte para a integração entre o urbano e o rural – é um passo importante para a sociedade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pedro Paulo da Cunha Ferreira (UEM)

Maria Cristina Rempel (UEM)

Wisley Rodrigo dos Santos (UEM)

Hodiernamente, discute-se cada vez mais a proteção ambiental. A sociedade global volta sua atenção para o problema do meio ambiente. Este passou a ser tema de conferências, seminários, pesquisas e discussões científicas. Nesse diapasão, a educação ambiental deve ser analisada dentro da macropolítica pública, a educação, haja vista que a proteção ao ambiente também é uma questão educacional. Ao levar a discussão dos problemas ambientais para a educação, possibilitar-se-á o desenvolvimento de uma noção crítica, em relação ao ambiente, pelas crianças, adolescentes e adultos. Não se despreza os outros meios de possibilitar a discussão, no entanto, entende-se que deva também dar atenção aos meios de conscientização para o público jovem, pois possibilita ao mesmo, desde a infância, por meio da escola, uma maior atenção ao meio ambiente. Contatou-se que muitos materiais didáticos passaram a abordar a questão ambiental. Nesse ínterim, o projeto de extensão, “Os Direitos de Cidadania e Meio Ambiente” visa divulgar e tornar o assunto mais comum tanto para o público jovem como adulto no tocante ao direito ao meio ambiente. Para tanto, visa conscientizar e difundir a população sobre o direito a um meio ambiente ecológico como também difundir os instrumentos que a lei prevê visando a sua preservação. Para realizar o objetivo delineado, vale-se de mini-cursos aos agentes ambientais, palestras a estudantes do ensino fundamental e médio, como também ao público universitário e à população em geral. Realiza também divulgação através de meios de comunicação. Os temas abordados vão desde a proteção ambiental que a Constituição Federal confere ao meio ambiente como direito fundamental de todo homem até o arcabouço legislativo infraconstitucional que visam dar garantia ao disposto na Constituição. Além disso, discutem-se os crimes ambientais, a lei federal de política nacional do meio ambiente e a lei de ação civil pública.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA E A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO POPULAR

Everton Henrique Faria (UEM)

Fernanda Martins Vallota (UEM)

Franciele Alves da Silva (UEM)

Mariana Amália de C. Castro e Silva (UEM)

O advento do sistema capitalista contribuiu com o estabelecimento de novas formas de relações sociais, as quais passaram a ser mediada pela lógica do trabalho industrial e pelas peculiaridades do modo de vida urbano. A sociologia enquanto saber científico surge no contexto do século XIX buscando explicar as contradições que se desenhavam na nova ordem social, constituindo como seu objeto de estudo a análise dos fenômenos sociais. Segundo Wright Mills (1965) a sociologia seria um instrumento para a compreensão da realidade, vislumbrando esta para além das impressões superficiais e óbvias. Essa percepção da realidade se daria pela imaginação sociológica, que se pauta na idéia de que o indivíduo precisa compreender sua própria experiência e o contexto histórico, bem como a relação entre ambos dentro da sociedade. Atualmente, podemos dizer que uma das discussões correntes sobre a abordagem da sociologia está inserida na sua volta como disciplina no currículo do ensino médio. Assim, a intenção desse artigo é a de sugerir como proposta de ensino, encaminhamentos que possam atender aos objetivos dos parâmetros nacionais curriculares para a sociologia que são: a desnaturalização e o estranhamento da realidade. Tendo como referência a essas expectativas a perspectiva de Mills, consideramos importante a utilização de uma abordagem que se diferencie da pedagogia tradicional, que tem como objetivo apenas a assimilação e reprodução do conhecimento. Nesse sentido, ressaltamos a importância do ensino da sociologia por meio da imaginação sociológica, aliada à metodologia de Paulo Freire, ou seja, pela chamada educação popular. A concepção de educação popular surge na América Latina nos anos 60, propondo que a experiência formativa seja uma relação de troca, na qual compartilha-se o saber do educando e do educador, isto é, há um diálogo entre o saber popular e o saber científico. A sociologia não objetiva elaborar receitas ou respostas prontas em seu ensino, pois a sociedade globalizada fornece um desafio onde saber perguntar, levantar questões relevantes é mais precioso do que respostas momentâneas, em uma realidade extremamente dinâmica. Portanto, a imaginação sociológica seria uma espécie de “óculos” 3D, revelando as diversas representações e isso aliado ao respeito às diversas interações culturais poderia auxiliar a construção de um pensamento crítico.

O PROJETO EDUCACIONAL DE NIETZSCHE: A BUSCA PELA ÜBERCULTURA

Felipe Luiz Gomes Figueira (FAFIPA)

No presente trabalho, abordaremos a questão da cultura nos escritos de Nietzsche, observando em especial que para o filósofo a Alemanha do século XIX vivia uma grande contradição. De um lado, uma miséria cultural e, de outro, a idéia amplamente difundida de que existia uma cultura autêntica. Esse fato reflete em suas obras não apenas na busca por um gênio para modelar a cultura alemã, mas também na profunda intenção de que ele mesmo, Nietzsche, modelasse essa sociedade filistéia. O filósofo via na cultura um elemento central da vida humana. Através dela seria possível criar indivíduos mais fortes, criativos e distintos. No entanto, o modelo de educação da época era o de memorização, no qual o ato de decorar era a forma predominante de se aprender. As instituições de seu tempo tinham o dever de formar o funcionário do Estado, o “filisteu da cultura”, esquecendo-se de preparar o surgimento do gênio. Mas qual instituição de ensino poderia promover a vinda do gênio? Nietzsche não esclarece de maneira objetiva esta questão, e após dez anos lecionando, deixa sua cátedra e passa a ser um filósofo errante. O propósito desse trabalho é expor uma breve análise da discussão sobre o conceito de cultura em Nietzsche, realizadas em seus textos *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino* (1872) e *Schopenhauer como educador* (1874).

POR UMA “SOCIOLOGIA CRÍTICA DO CONHECIMENTO”: NOTAS DE LEITURA SOBRE MICHAEL LÖWY

Rodrigo Bischoff Belli (UEM)

Esta comunicação apresenta o resultado de uma série de leituras iniciais sobre o estudo dos limites de uma sociologia do conhecimento de influência marxista. Para tal empreitada, adotou-se como ponto de partida alguns textos do sociólogo Michael Löwy sobre o assunto. Sua escolha foi definida pelo tratamento crítico específico que o autor aplica à tradição sociológica referente aos estudos sobre a atividade do conhecimento, partindo das premissas do materialismo histórico-dialético. De acordo com as leituras realizadas até o momento, a elaboração de um esboço dos limites da sociologia do conhecimento deve atinar quanto aos limites da concepção positivista que distingue a atividade política da produção do conhecimento. Superados os limites, deve conceber um método adequado à compreensão do processo de produção do conhecimento. As respostas podem ser formuladas se reconhecermos, como faz Löwy, que o método de observação adequado às ciências sociais é diferente do das ciências naturais, já que seu objeto de estudo possui um caráter histórico, ou seja, suscetível de transformação pela ação humana. A pesquisa sociológica não se apresenta, tal como *aparenta* a pesquisa natural, dissociada do restante da atividade social. Epistemologicamente, o objeto de estudos do cientista social se assemelha a paisagem que um artista procura retratar. Para ambos, é crucial o ponto de observação daquilo que será examinado ou retratado, pois isso define *o que* pode ser observado, abrindo as portas para *como* observá-lo. O cientista, portanto, não é neutro e nem infalível. Sua maneira de analisar o mundo depende de um arcabouço de experiência de vida que é predisposto, em grande medida, por sua posição de classe. A posição da classe que melhor predispõe o cientista a conhecer a realidade é a da classe operária, defende Löwy. Pois que ela exige, para a superação das contradições sociais impostas aqueles que a compartilham, um conhecimento mais completo, que permita aos homens uma ação mais efetiva sobre a realidade.

SESSÃO 03
POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E QUESTÕES
CONTEMPORÂNEAS II

01/11/2007 – 14h00 – bloco E46 – sala 04

O ECA: APLICAÇÕES PRÁTICAS EM INSTITUIÇÕES
RELIGIOSAS

Andressa de Menezes (UEM)

Maria Rita Sefrian de Souza Peinado (UEM)

Silvana Ferreira da Costa (UEM)

O Brasil possui, em relação a outros países, uma das mais avançadas leis a respeito da infância. O artigo 227 da Constituição Federal e a lei nº. 8069/90 que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – contêm a concepção da criança cidadã, ou seja, da criança como sujeito de direitos, que merece proteção integral, porque se encontra em condições especiais de desenvolvimento. O ECA caracteriza como criança a pessoa que tem doze anos incompletos de idade e adolescente como a pessoa que tem entre doze e dezoito anos de idade ou, excepcionalmente, vinte e um. Segundo esse estatuto determina, tanto crianças como adolescentes têm direito à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, ao respeito e à liberdade. Motivadas por essas determinações e pelos estudos realizados na disciplina de Políticas Públicas e Gestão Educacional II, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Irizelda Martins de Souza e Silva (DTP/UEM), elaboramos um projeto de pesquisa envolvendo um trabalho de campo em algumas instituições sociais vinculadas a igrejas, com o fim de verificar o papel das mesmas na educação de crianças e adolescentes. Procuramos identificar quais ações dessas instituições contemplaram os direitos e necessidades básicas das crianças e adolescentes, cumprindo, assim, as determinações da Lei. A análise dos dados da pesquisa de campo, bem como os detalhes do histórico e das atividades realizadas na Fundação Isis Bruder de Maringá, coordenada pela 1^a Igreja Presbiteriana Independente de Maringá, na Pastoral da Criança, coordenada pela Igreja Católica em Maringá, e no Lar Batista, coordenado pela Igreja Batista em São Paulo, evidenciou que, em certa medida, as instituições religiosas têm cumprido a função do Estado, isto é, realizam, em ações práticas, a Lei. Constatamos que diversas atividades dessas instituições se efetivam na sociedade com práticas educativas e sociais, de forma a contemplar os direitos das crianças e adolescentes estabelecidos pela Constituição Federal e pelo ECA.

ESTUDO E DIAGNÓSTICO DA UNESCO: SERVIÇOS E ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NO BRASIL.

Suzana Pinguello Morgado (UEM)

Orientadora: Ângela Mara de Barros Lara (DFE-UEM)

Este texto analisa o documento “Os serviços para a criança de zero a seis anos no Brasil: algumas considerações sobre o atendimento em creches e pré-escolas e sobre a articulação de políticas” – um estudo desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. A intenção é compreender o que significa para a UNESCO o serviço e o atendimento prestado às crianças brasileiras. Neste sentido, foi desenvolvida a contextualização dos serviços à educação infantil, no que compete ao seu histórico no país. A perspectiva da UNESCO enquanto organização multilateral que foi considerada em suas ações específicas no Brasil: os programas e os trabalhos desenvolvidos com o apoio do Ministério da Educação e do Desporto – MEC. As políticas neoliberais foram tratadas a partir de suas influências nas ações das organizações multilaterais e, nesta perspectiva, foi possível analisar as intencionalidades da UNESCO no documento estudado. As considerações acerca das intencionalidades desta organização foram desenvolvidas ao observar o que representa a análise específica sem o intento de generalizar as conclusões. Percebeu-se na conclusão que suas propostas para a educação infantil têm influência do ideário neoliberal defendido pelas agências multilaterais de financiamento. O mesmo pode ser observado ainda nos documentos que o Brasil considera como norteadores para as políticas econômicas – como o “Consenso de Washington” – e para as políticas educacionais – como a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. Documento este acatado pelo Banco Mundial como princípio a ser almejado pelos países que solicitam seu financiamento. A proposta de serviço e atendimento para a educação infantil foi percebida – no documento estudado – como cuidado à primeira infância e não como prática educativa ou numa perspectiva pedagógica. Não se observa no documento referência acerca de princípios para a educação, no entanto ainda sim documentos como o analisado são bases para a constituição de políticas públicas para a educação infantil no Brasil.

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: A FÓRMULA DO SUCESSO?

Rafael Fernandes de Souza (CESUMAR)

Clodoaldo Seid Shiavani (CESUMAR)

Márcio Nakadomari (CESUMAR)

Patrícia Fernandes (CESUMAR)

William Rorato (CESUMAR)

As mudanças do último século podem ser identificadas a partir de cinco grandes eixos que se evidenciam nos campos da informática, telecomunicação, biotecnologia, novas formas de energia e uso de materiais. A questão do avanço científico-tecnológico é tão emergente que, hoje o valor principal já não está na combinação da terra, capital e trabalho, mas sim no nível de conhecimento que uma população dispõe e sua capacidade de transmitir e reconstruir conhecimento, o que traduz sua competência no manuseio do instrumental tecnológico moderno. Este trabalho tem como pressuposto abordar duas linhas, sendo a primeira um dos maiores desafios da educação, que vem sendo a tecnologia e a informatização e outra linha a ser abordada no presente estudo foi a educação, seus movimentos e adaptações para com as novas tecnologias que permeiam na atual sociedade contemporânea. As modificações que estão ocorrendo atualmente em nossa civilização, com as informações em tempo real, informatização das escolas e cursos on-line fica preocupante a formação que a sociedade terá sem a intervenção dos professores, moldando os conhecimentos e transmitindo. O objetivo deste trabalho foi, através da revisão de literatura, analisar a influência da tecnologia na educação. Segundo (PÁDUA, 1997) trata-se de uma pesquisa bibliográfica, assim é caracterizada “como uma atividade de busca, indagação, investigação, inquisição da realidade”. Pode se concluir que a educação passa por mudanças, onde o professor deve moldar-se a esta realidade, podendo intermediar o conhecimento de forma informatizada, analisando que estas transformações são culturais.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ATUALIDADE: NEOLIBERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO

Ângela Oliveira Sampaio (UEM)

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a educação na sociedade capitalista atual 1980-2000, obtida por dois pontos básicos: a visão da sociedade sobre a educação e as mudanças que relacionam o papel do Estado. Partindo de uma análise que retrata dois eixos de suma importância; descentralização e neoliberalismo. Com o intuito de fazer uma reflexão entre diversos autores, com um ponto em comum, a instituição pública. Partindo da perspectiva teórica Marxista, que tem como base, a formulação de idéias a partir da realidade social. Contrapondo-se com a visão adotada pelo Estado que é a do ideário neoliberal, que valoriza a descentralização e privatização da educação. Necessitando obter respostas em relação às responsabilidades e as mudanças no papel do Estado, perante a educação pública. Para obter tais respostas, o presente trabalho divide-se em dois momentos, no primeiro, busca qual é a visão da sociedade capitalista perante a educação, a qual reproduz os conteúdos das relações sociais, que são expressões da prática social. Já em um segundo momento, busca discutir as mudanças no papel do Estado em relação à educação pública na década de 1980, que foi marcada pelo crescimento do pensamento neoliberal, propondo mudanças ao papel que cabe ao Estado perante a educação, valorizando a descentralização e a iniciativa privada.

“TEMPOS MODERNOS” (1936): COMPLEXO DE SÍMBOLOS DA MODERNIDADE DO CAPITAL E A SUA RELAÇÃO COM A INDÚSTRIA CULTURAL

Júlio César Lourenço (UEM)

O interesse deste projeto será compreender a experiência concreta do vivido, as práticas culturais de determinada sociedade, a formalização desta em produtos simbólicos e as estruturas sociais que influenciam, analisando sociologicamente o filme “Tempos Modernos”, que trabalha como a alienação, racionalização da produção, os jogos de poder estão enraizados na vida social de indivíduos, grupos e classes sociais. A obra de Charles Chaplin dialogou sobre questões de relevância ao seu contexto histórico. Seus filmes são uma crítica a uma sociedade que se fragmenta, esvaziando de sentido os laços de humanidade. O produto audiovisual é um documento de sua época, podemos então utilizá-lo como um documento de discussão da cultura. Ele influencia e é influenciado pelas estruturas sociais, revelando limites, contradições e outras visões de um momento histórico. Pesquisa de caráter bibliográfico e análises de filmes, tem como orientação os conceitos teóricos do sociólogo Pierre Bourdieu. O cinema será abordado a partir da perspectiva de campo cinematográfico. Destacando como um relevante espaço social de produção material e simbólica que embora permaneça em constante relação com outros campos de poder, obedece a uma lógica autônoma de funcionamento e hierarquia. O cinema é uma oportunidade de expressão, uma linguagem capaz de atingir o universo do homem. No fazer cinematográfico de Chaplin, os cenários e os objetos induzem o espectador a refletir sobre as desigualdades sociais. A postura da sociedade é ambígua, pois se, no âmbito do discurso, reconhece a importância dos direitos humanos e do cidadão, na prática, desenvolve um conjunto de ações regidas pela lógica de mercado, do status e da tradição. Os mecanismos narrativos carregados de estranhamento, na forma de reação do personagem e a reação do meio externo, dão pistas de outras instancias pelas quais o espectador tropeça e acaba questionando a si mesmo, compreendendo não apenas o dado pelo enredo, mas sua própria condição no mundo real. A crítica de Tempos Modernos permanece atual e é inevitável a comparação com a realidade presente. O personagem Carlitos enfrenta o mundo real sem se evadir de suas injustiças, tornou-se símbolo de resistência à precariedade da vida moderna.

ESPIRITISMO E TELEDRAMATURGIA BRASILEIRA: OBJETOS DE UM “CASAMENTO” REALIZADO NA ALEGRIA, NO SUCESSO E NA AUDIÊNCIA

Renan de Oliveira Martins (UEM)

Essa pesquisa vinculada ao PIC (Programa de Iniciação Científica) da Universidade Estadual de Maringá é atualmente desenvolvida no tema das Religiões, adotando como objeto de investigação o Espiritismo. Seu grande objetivo é apreender bem como elucidar a repercussão da maior adesão à doutrina espírita ou do aumento de sua receptividade no Brasil na teledramaturgia nacional, visto que, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) informados no artigo “O novo espiritismo” (autoria: Marta Mendonça; publicação: Revista Época, número 424, pp. 66-74, jul. 2006), o Brasil, no presente momento, é o principal pólo difusor do Espiritismo e a nação com maior quantidade de adeptos (cerca de 20 milhões), fora os que professam a doutrina como segunda religião. Tal crescimento foi de 40% entre os dois últimos censos, principalmente nos estratos mais ricos e escolarizados da população. Além disso, no curto período de fins de 2005 a 2006, em horários diversos, o Espiritismo e seus fenômenos e/ou manifestações têm sido bastante recorrentes e bem-sucedidos tanto em telenovelas quanto em programas os quais se utilizam das representações dramáticas para reproduzirem fatos verídicos, tal qual o *Linha Direta* da Tv Globo. Pretende-se também chamar cientificamente a atenção de um maior número possível de pessoas para esse momento da televisão brasileira e produzir um conhecimento ainda mais apurado sobre o Espiritismo, livre de quaisquer preconceitos, pré-noções, julgamentos, discursos pré-concebidos e lacunas que persistam em existir.

SESSÃO 04
IDENTIDADE, NATUREZA E CULTURA

01/11/2007 – 14h00 – bloco E46 – sala 05

**OS SIGNOS DA IDENTIDADE GUARANI (ÑANDEVA): UM
ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS DE SEUS SUPORTES
IDENTITÁRIOS NA ATUALIDADE**

Driéli da Silva Vieira (UEM)

Orientadora: Valéria Assis (DFE-UEM)

Durante o segundo semestre de 2006 aconteceu a primeira etapa do projeto de extensão intitulado “Seminários de etnologia e arqueologia Guarani: possibilidades de pesquisa nos estudos de cultura material indígena e educação patrimonial”. Nesse projeto, em meio ao conhecimento introdutório sobre os estudos de etnologia Guarani emergiu o interesse em estudar a construção da identidade indígena de um grupo Guarani no Paraná a fim de perceber se na atualidade é possível identificar os mesmos sinais diacríticos que aparecem na bibliografia geral sobre os Guarani. Percebeu-se também a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre identidade cultural e etnicidade, base teórica indispensável dentro dos estudos de etnologia indígena em particular e de antropologia em geral. Desta forma, elaborou-se uma problemática de pesquisa que consiste em, num primeiro momento, se deter nas publicações clássicas e contemporâneas sobre identidade, especialmente aquelas que focam a identidade indígena. De março de 2007 até o mês de outubro do mesmo ano, foi realizada a revisão bibliográfica de clássicos sobre identidade cultural (Weber, 1944; Barth, 1998; Seyferth, 1995 e 1997; Ramos, 1995 e Sahlins, 1997) e a partir deles adquiriu-se noções básicas de conceitos como os de comunidade, etnicidade, fronteiras culturais, grupo étnico, raça e etnia. Assim constituiu-se uma base teórica para o segundo momento da pesquisa, o trabalho de campo. Este segundo momento foi realizado no mês de maio de 2007 afim de que se pudesse compreender, não por completo devido o fator tempo, a conformação da identidade Guarani Ñandeva no Paraná, na Terra Indígena (Laranjinha). Desta forma, acredita-se poder com este projeto, ter um domínio dos elementos básicos sobre o tema da identidade dentro dos estudos da etnologia indígena e problematizar a construção da identidade Guarani dos Ñandeva no Paraná na atualidade.

“COMUNIDADES HÍBRIDAS”: RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E MACACOS NUM PARQUE DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – PR

Vânia de Menezes (UEM)

Orientadora: Eliane Sebeika Rapchan (DCS-UEM)

Este projeto integra o projeto institucional “Sobre Comportamento de chimpanzés - O que antropólogos e primatólogos podem ensinar sobre o assunto?” E tem como objetivo promover o levantamento, observação e análise do material coletado em observações das relações estabelecidas entre humanos e os macacos prego (*Cebus*) que vivem soltos no Bosque dois e Parque do Ingá, município de Maringá - PR, considerando tanto os visitantes quanto os moradores da vizinhança e aqueles que, por razões contextuais, mantém contato constante com os animais. O intuito é analisar a aplicabilidade da noção de "comunidades híbridas", proposta por Dominique Lestel (2004) para esse tipo de situação, a fim de contribuir com as reflexões acerca das relações natureza/cultura sob o enfoque das representações produzidas sobre primatas. A metodologia adotada pelo projeto orienta-se pela antropologia da ciência, das idéias e do conhecimento que reúne os subsídios acumulados pelo exercício da antropologia sociocultural aos esforços em pensar o terreno específico de produção de conhecimentos, idéias e ciência. Para este caso específico, a antropologia das idéias e do conhecimento será aplicada na observação do comportamento interativo entre humanos e *Cebus*, bem como nos valores, idéias e atitudes que os humanos adotam a partir destas relações. Aplicação de questionários aos visitantes dos Bosques e realização de entrevistas com os moradores da vizinhança. Em seguida, as idéias levantadas foram analisadas a partir do instrumental disponível nas ciências sociais. E o resultado deste trabalho foi à junção de todos estes, que pretendo expor no V Seminário de Ciências Sociais. Finalmente, desejo acentuar que esta pesquisa não é um trabalho considerado como acabado, acredito que este é apenas mais uma contribuição para compreendermos melhor o meio em que vivemos.

“COMUNIDADES HÍBRIDAS”: RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E MACACOS NUM PARQUE DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ – PR

Ana Lúcia Dacome Bueno (UEM)

Orientadora: Eliane Sebeika Rapchan (DCS-UEM)

A comparação entre o homem e o macaco não é apenas curiosidade ou analogia, mas sim um recurso de análise que se mostrou ao alcance dos estudiosos em suas tentativas de uma explicação sobre a origem humana cada vez mais próxima da realidade dos fatos. Além das aparências físicas, os símios superiores, particularmente, se mostraram aptos a várias atividades que eram antes consideradas exclusivamente humanas e que, graças aos estudos com esses animais, têm evidenciado que o que os diferencia do homem moderno é uma fronteira muito mais específica do que “cultura” e “sociabilidade” nos sentidos que a antropologia vinha dando a esses termos. Essas duas noções supracitadas foram também encontradas na vida dos grandes símios e por isso não pertencem exclusivamente aos primatas humanos. Para Mitten, é a capacidade de simbolizar que separa os humanos dos demais primatas e somente ela, atenuando mais ainda a linha entre natureza e cultura. Ou melhor, assim natureza e cultura não são opostos. Foram observados os visitantes das quatro jaulas de macacos no Parque do Ingá, em Maringá-PR, nas relações daqueles com estes. Alguns visitantes produziram para mim relatos orais informais espontaneamente, sem nenhuma iniciativa minha, intromissão na fala ou questões direcionadas. Procurei assim deixar que expusessem sua opinião sobre aqueles animais a partir do que eles já pensavam sobre o assunto para que fossem tão fiéis quanto possível ao próprio imaginário, não estimulando nenhuma nova reflexão da parte deles. Para poder perceber qual importância há para os grupos humanos na representação que eles fazem de si a partir de uma alteridade animal. A contribuição direta deste modesto trabalho para a antropologia é no sentido de que a representação que esses visitantes fizeram de si a partir dos macacos ressalta a importância da relação humana com o meio na busca de sua própria identidade, encaixando-se, a partir daí, em determinados papéis na sociedade em que vivem.

UM ESTUDO DA IDENTIDADE INDÍGENA NO CONTEXTO URBANO EM ELDORADO/MS

Ângela Mierro (UEM)

Orientadora: Valéria Assis (DFE-UEM)

A Antropologia e as Ciências Sociais já têm realizado importantes estudos a respeito de identidade, etnicidade e grupos étnicos, e vêm oferecendo diversos métodos aplicáveis em etnografias com esta temática. Pensando estas noções dirigidas às populações indígenas foi elaborado um projeto que possibilitasse o estudo de relações interétnicas de índios Guarani no contexto urbano do município de Eldorado no Mato Grosso do Sul. A partir deste estudo se espera poder conhecer alguns indícios da identidade étnica desse grupo, o processo de sua construção e reconstrução constantes. Este estudo não se limita em apenas observar o comportamento indígena em meio à urbanização, mas também de levantar uma bibliografia inicial e básica que serve de subsídio para comparar os elementos identitários e como esse conjunto se constrói. Além disso, pode-se extrair uma discussão sobre o comportamento do antropólogo ao olhar para o índio e a forma como o enxerga. Já que é discutido também o “tipo de índio” que existe na sociedade e o “tipo de índio” que a sociedade e as entidades de apoio a ele tendem a esperar de sua identidade, ou seja, o índio vem sofrendo um processo de mudança, comum a toda sociedade humana. E como a nossa sociedade encara esta transformação do índio que deixou de ser o índio dos romances dramatizados? Além do que se entende de culturas indígenas, este trabalho discute em particular e em especial, a cultura do povo Guarani, seu parentesco, costumes, mitos, ritos, religião e formas de relacionamentos internos e externos.

SESSÃO 05
POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS E REPRESENTAÇÕES

01/11/2007 – 14h00 – bloco E46 – sala 06

**A CONCILIAÇÃO ENTRE ESTADO E CAPITAL: UMA NOVA
ROUPAGEM ATRAVÉS DAS POLÍTICAS CULTURAIS E DOS
PARADIGMAS DEMOCRÁTICOS.**

Juliana Faria Caetano (UEL)

O objeto desta pesquisa é a análise das políticas culturais aplicadas através da conciliação entre Estado e Empresa Privada, pensando a fomentação de projetos culturais e suas implicações. Tal discussão tem como pano de fundo um problema mais amplo, qual seja: a questão do Estado e da Democracia na sociedade capitalista. No conceito moderno utilizado pelo governo, a cultura é vista como processo e como direito dos cidadãos, pressupondo o Estado como fomentador de processos criativos e não como executor ou determinante dos mesmos. A partir da década de 80, a cultura passa a ser entendida como meio para democratização. A partir disso, avalia-se a questão de como as políticas culturais tem sido utilizadas pelo mercado. O objetivo é conseguir pontuar alguns reflexos que os discursos, práticas e políticas culturais podem ter sobre a sociedade. Pensando ainda como esse discurso foi apropriado pelo sistema capitalista brasileiro e quais são suas possíveis conseqüências. Um dos pontos da pesquisa é pensar os mecanismos que as empresas utilizam, para associar suas marcas às produções culturais, utilizando do Marketing Cultural e da imagem de empresa com Responsabilidade Social. Contudo, observa-se que através da Lei Federal de Incentivos Fiscais nº 8.313, conhecida como Lei Rounet, as empresas utilizam de um incentivo público, que será aplicado em projetos que retornarão para as empresas, na forma de lucro. Partiremos de uma hipótese central, onde considera-se que os princípios ‘originais’ das políticas culturais, como o de inclusão social, responsabilidade social, democratização, etc., passaram a ser usurpados pelo capital privado. A pesquisa não pretende fazer generalizações sobre os projetos que utilizam do incentivo fiscal, mas sim abrir caminhos para a discussão sobre possíveis problemas que a conciliação entre Estado e Capital privado pode oferecer. Para a realização da pesquisa, que está em andamento, utiliza-se desde textos e artigos científicos à meios de comunicação aberta, como sites que abordam o assunto.

ESTUDO DE CASO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, O CASO DAS COSTUREIRAS FACCIÓNISTAS DE SARANDI

Isabel Cristina Santos (UEM)

Relatar e analisar a situação das costureiras facçãoistas se faz necessário para que se possa refletir sobre a situação dos trabalhadores nesta fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista. O entendimento de que existem novas formas de trabalho torna-se necessário para podermos compreender como as facetas desse modo - de - produção se comportam em tal fase histórica. Os aspectos percebidos no trabalho de facção remetem-se à precarização do trabalho, onde as costureiras facçãoistas são incentivadas muitas vezes pelo pensamento de que podem ter uma renda maior do que se tivessem trabalhando na indústria, recebendo um salário fixo. Considera-se que podem ter sido influenciadas pelo pensamento e prática neoliberal. O trabalho de facção é uma atividade exercida, como meio de garantir a subsistência. Essa forma de relação social acontece em muitas cidades do país, e em Sarandi, cidade do norte do Paraná, também se pode percebê-la. Sendo na cidade uma atividade habitual, é exercida na maioria das vezes por mulheres, que dedicam parte do seu tempo diário à costura em domicílio para fábricas de pequeno, médio e grande porte, localizadas na própria cidade ou nas cidades vizinhas, principalmente Maringá. Esta abertura de possibilidades individuais de mercantilização da própria mão-de-obra por parte da costureira significa, em contrapartida, a restrição do mercado de trabalho para costureiras nas fábricas. Assim, os gastos respectivos, como energia elétrica, encargos trabalhistas, manutenção das máquinas do capitalista com a produção são reduzidos. Alguns postos de trabalho que dizem respeito à confecção são indispensáveis dentro da fábrica, pois as peças devem ser revisadas, os botões devem ser pregados e as peças devem ser empacotadas. Porém, temos percebido que até os processos da fase final de preparação do produto também podem ser oferecidos para facção.

ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Leandro Carmo de Souza (UEM)

Marlene Aparecida Wischral Simionato (UEM)

O presente trabalho é constituído de resultados parciais de um Projeto de Iniciação Científica, ainda em vigência, que objetiva verificar a Representação Social do Programa Bolsa Família, partilhada por uma parcela da população beneficiada. A Representação Social pode ser definida, como um conjunto de conceitos, afirmações e explicações formadoras de teorias do senso comum, que são desenvolvidas com o intuito de interpretar e até mesmo construir as realidades sociais, isto é, possibilitam transformar o que é estranho, em categorias e contextos conhecidos. Dessa forma, verificar a Representação Social do beneficiário sobre o Programa Bolsa Família significa tentar elucidar a forma como essa parcela da população decodifica este benefício. Para o governo federal, o objetivo do Programa, é facilitar a superação da situação de pobreza, beneficiando famílias pobres e extremamente pobres com a transferência direta de renda, como complemento mínimo ao estado nutricional e de saúde dessas famílias. A importância de se verificar a Representação Social do Programa Bolsa Família, partilhada pelos beneficiários, está diretamente relacionada às dimensões que o programa vem ganhando no território nacional, uma vez que, esta grande projeção, certamente, causa desdobramentos, não só na vida dos beneficiários, mas também, em todo restante da sociedade. Para verificá-la, realizamos uma pesquisa qualitativa, com 6 famílias que se beneficiam do Programa, em Sarandi. Empregamos como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista com onze questões abertas, pré-elaboradas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas. Em observância ao COPEP, na ocasião da entrevista, foi assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação na pesquisa. Análises preliminares destas entrevistas indicam que há Representações sobre a função do benefício, que parecem transitar sobre idéias que se afastam do objetivo do Governo, que é o rompimento do ciclo de pobreza. E também há Representações sobre a importância do Bolsa Família, qualificando-o como algo fundamental para a sobrevivência do grupo familiar. Vale destacar que a análise de todo material coletado ainda não se esgotou, mas o resultado parcial nos permite reafirmar a importância de se conhecer a Representação Social do Programa partilhado pelos beneficiários.

O TERCEIRO SETOR ENQUANTO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATUAL CENÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

Éder Rodrigo Gimenes (UEM)

Nas últimas décadas, a sociedade civil tem assistido ao enfraquecimento do poder dos Estados nacionais em decorrência da globalização das empresas, uma vez que a internacionalização dos mercados leva à criação de blocos econômicos entre países e ao aumento do número de desempregados e, conseqüentemente, de pessoas carentes e dependentes das ações estatais, por conta tanto da substituição da mão-de-obra humana pela mecânica quanto pela valorização do capital em detrimento das necessidades humanas. Nesse cenário, as organizações não-governamentais têm se destacado pelo papel que vêm exercendo junto à sociedade, no desenvolvimento de atividades voltadas ao atendimento das necessidades sociais dos cidadãos. Diante desse contexto, faz-se relevante em nossa sociedade uma discussão acerca da conceituação pertinente a esse novo setor que tem se desenvolvido de forma muito expressiva nos últimos anos, mas cujo surgimento ainda é relativamente recente, bem como uma análise acerca da legislação que concerne a essas entidades no âmbito nacional. Além disso, apresentamos um esboço do perfil desse grupo de organizações no cenário brasileiro nesse início de século XIX, onde a sociedade civil tem se mobilizado no sentido de desenvolver políticas públicas voltadas a toda a população, enquanto o Estado, responsável pelo desenvolvimento e implementação de tais políticas, encontra-se cada vez mais enfraquecido, tanto em face de fatores externos, como aqueles decorrentes da globalização dos mercados, quanto de fatores internos, como a corrupção e o atendimento de interesses pessoais ou privados por meio dos órgãos públicos.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE MARINGÁ: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O LAZER

Thaís Angélica Pelegrini (UEM)

Charlize Adelaine Ferracin (UEM)

Orientador: Rogério Massarotto de Oliveira (DEF-UEM)

A fim de elucidar a comunidade acadêmica acerca dos trâmites políticos que envolvem a definição das políticas públicas de lazer locais, entendidas como um dos objetos de estudos da Educação Física, foi investigada a cidade paranaense Maringá. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica sobre o assunto e, então, uma pesquisa documental, na qual foram esmiuçados os programas de lazer da localidade. As políticas públicas constituem representações simbólicas de poder, decisivamente influenciadas pelo modelo societário adotado. Logo, em uma sociedade capitalista, as decisões governamentais tendem a ressoar valores neoliberais que sustentam a diferença de classes e a segregação social. O lazer atende, nessa perspectiva, aos imperativos utilitaristas e compensatórios. As políticas públicas de lazer passam, assim, a reproduzir a polarização entre a classe operária e os privilegiados economicamente. A maioria dos programas elaborados pelas prefeituras limita-se ao atendimento das camadas mais pobres da população, traduzidos em geral por eventos esporádicos nos bairros periféricos dos municípios. O direito social de fruição das resoluções públicas é ressignificado e concebido como ação benemérita, posteriormente retribuída nos períodos eleitorais. A partir do levantamento efetuado, constatou-se que o entendimento de lazer por parte das referida prefeitura parece circunscrever-se às retóricas de compensação dos esforços ocasionados pela jornada de trabalho, legitimadoras do Estado assistencialista. Verificou-se que em Maringá se desenvolvem ocasionalmente projetos diversificados, que incluem práticas corporais e manifestações artísticas em bairros periféricos do município. Entretanto, evidenciou-se a hegemonia do esporte institucionalizado e o seu caráter ideológico, uma vez que a sujeição ao seu conjunto de técnicas e normas é prática comum. Como representação dos interesses populares, as políticas públicas devem atender aos anseios de diferentes segmentos sociais. A profusão do conhecimento no âmbito político e a conscientização dos especialistas, em particular da Educação Física, devem gerar ações reivindicatórias no sentido de garantir o acesso a um lazer mais democrático.

SESSÃO 06
POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: TECNOLOGIAS E
ESTRATÉGIAS

01/11/2007 – 14h00 – bloco E46 – sala 07

DA CRIPTOLOGIA À ASSINATURA DIGITAL – UM DEBATE
A FAVOR DA SEGURANÇA PÚBLICA DIGITAL

Daliana Cristina de Lima Antonio (UEM)

Késia Caroline Ramires Neves (UEM)

É notável a velocidade com que a tecnologia vem modificando a cultura da humanidade, tanto para se chegar a uma melhoria de vida como também para destruí-la. A Criptologia, que existe aproximadamente há vinte anos como ciência, dentro deste contexto tecnológico, exige das políticas públicas, tomadas de decisões rápidas e vitais. Ela consiste basicamente em codificar uma mensagem, que em geral é transmitida digitalmente, utilizando-se para isso um algoritmo programado e uma chave pública. Ainda, para se decodificar esta mensagem, é necessário uma chave privada e conhecer o algoritmo processado. Esta codificação e decodificação de mensagens são realizadas por técnicas conhecidas como criptografia e criptoanálise, respectivamente. A importância desta operação criptológica vem transformando percursos políticos em todo o mundo. Muito se lê sobre a decodificação de segredos de Estado. O tratamento e a discussão sobre a divulgação ou não desta ciência em meios acadêmicos é relevante, uma vez que a criptografia sofreu muita censura dos governos que queriam manter em segredo a sua teoria e os seus métodos. Hoje em dia, com a autenticação digital efetivada por meios criptográficos e embasada na ciência criptológica, o debate entre tecnologia e sociedade é conflituoso, de modo geral, com o papel do poder jurídico sobre uma legislação para a informática e, mais especificamente, sobre como estabelecer punições para ocasiões em que os segredos são quebrados, isto é claro, caso haja neste ato invasão de privacidade, sobre a segurança do comércio eletrônico e sobre os limites possivelmente travados aos pesquisadores desta ciência. Os países periféricos, como é o caso do Brasil, inseridos amplamente no mundo tecnológico, devem promover reflexões sociais para se pensar na questão de serviços digitais, integridade e privacidade de mensagens veiculadas por plataformas computacionais e discutir metas para se resguardar de especulações e/ou acusações que possam ocorrer sobre decodificação de segredos de Estados a outros países. Os estudos acadêmicos, neste sentido, devem tanto formar *hackers* cada vez mais especializados em criptologia como também assegurar o Estado de um possível descontrole na segurança pública digital, ou seja, avaliar as políticas públicas sobre o uso das tecnologias resultantes desta ciência.

VOTE VETS: FIM OU FINS DE GUERRA?

Guilherme Tadeu de Paula (UEM)

Orientador: Sidney Munhoz (DHI-UEM)

Este texto visa analisar a campanha “Vote Vets” desenvolvida recentemente nos EUA como representante de uma linha de argumento que critica o “fazer a guerra de forma errada”. Não se trata de uma crítica à guerra, mas a como ela foi conduzida. A campanha utilizada pela oposição no debate eleitoral nos EUA em 2006 certamente contribuiu para a derrota republicana. Quando o mundo recebia através dos correspondentes internacionais o resultado desta eleição congressual, houve quem celebrasse como uma vitória da humanidade. Uma resposta ao imperialismo do presidente Bush contra o “terrorismo internacional” que deu à história das guerras mais dois capítulos: Afeganistão e Iraque. Houve quem pensou além e viu nascer, dialeticamente, uma renovada e, dessa vez, representativa esquerda na maior potência do planeta. É óbvio que o grupo político que cerca Bush saiu derrotado deste processo. Também não é mentira que a Guerra do Iraque é impopular em diversos setores do país. Porém, se analisado o pensamento daqueles que saíram vitoriosos da eleição, o otimismo ganha ares de desilusão. Desilusão porque a chave do debate não foi, propriamente, o pacifismo, a preocupação com os países expostos em uma guerra desigual ou um levante contra o embate como mecanismo de exportação de democracia burguesa. Longe disso! A crítica de quem venceu não era contra a guerra, se opunha à maneira com que ela foi conduzida pelos republicanos governistas. Exponente dessa concepção, a organização “Vote Vets” surge com força no debate político contra a Guerra do Iraque. Fundada e composta por veteranos das duas guerras do pós-11 de setembro, ela ganhou força a partir das propagandas eleitorais de trinta segundos que ocuparam a programação televisiva durante a disputa. As peças publicitárias, dotadas de duras críticas à condução da Guerra do Iraque e de forte apelo emocional, metralham desde o equipamento que os soldados recebiam ao corte de assistência aos veteranos, passando pela exigência de mudança na estratégia de combate. Ao identificar as falhas, os “vets” pedem a retirada das tropas do Iraque. Na esteira deste pensamento crítico à condução da guerra – e não à guerra em si - afirmam que a luta deve ser contra Paquistão e Afeganistão, onde estão os verdadeiros terroristas planejando, agora mesmo, o próximo 11 de setembro.

O INDULTO COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Antônio Gabriel Parizotto (UEM)

André Gonzalez Silva (UEM)

Maria Teresa Claro Gonzaga (UEM)

Tornou-se um hábito do governo brasileiro, por ocasião das festas natalinas, a edição de um Decreto Presidencial concedendo indulto e comutação da pena aos condenados que se enquadrem nos requisitos objetivos e subjetivos estipulados em lei. Esses institutos permitem que os agraciados alcancem a liberdade antes do tempo previsto na sentença condenatória, através da extinção da punibilidade (no caso do indulto) ou alteração da condenação anterior por outra menor e menos grave (comutação). Por isso, o Programa Pró-Egresso pede judicialmente a concessão desses proventos aos seus beneficiários. Em um trabalho multidisciplinar, as estagiárias de Psicologia avaliam se o beneficiário se enquadra nos requisitos subjetivos para receberem o benefício. Por sua vez, os estagiários de Direito avaliam os requisitos objetivos e em conjunto, os estagiários de ambas as áreas, discutem se o beneficiário tem mérito no seu pedido. Tudo isso sob supervisão da coordenadora do Programa. Caso concordem que o caso do beneficiário preenche todos os requisitos necessários para dar entrada no pedido de comutação de pena, os estagiários de Direito promovem a solicitação judicialmente. Isso é importante porque a maioria destes beneficiários, não teriam condições financeiras de arcar com os custos do pedido. Logo, se não ocorresse esse trabalho os beneficiários cumpririam uma reprimenda maior que a necessária. Dessa forma, os estagiários de Direito ajudam essas pessoas a ter um devido acesso à justiça e também são encarregados de fiscalizar o cumprimento das penas e medidas alternativas provenientes dos juízos da comarca de Maringá.

ATUAÇÃO DO PROGRAMA PRÓ-EGRESSO DE MARINGÁ

Wisley Rodrigo dos Santos (UEM)

Maria Tereza Claro Gonzaga (UEM)

Soraya Sirotti (UEM)

O Programa atua, principalmente, no tocante à fiscalização do apenado na prestação de serviços comunitários. Os beneficiários através de atribuições e tarefas não onerosas que exercem junto às instituições de prestação, têm seu lado social estimulado, interagindo com a comunidade, e acabam percebendo a sua importância junto a esta. Dessa maneira, o Pró-Egresso vem conseguindo significativos resultados na recuperação dos apenados, com baixos índices de reincidência. Trata-se de um programa desenvolvido por meio de convênio firmado entre a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania e Universidade Estadual de Maringá através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Sua equipe é multidisciplinar, sendo composta por profissionais e acadêmicos das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social. As atividades realizadas pelo programa estão relacionadas ao atendimento a beneficiários e seus familiares, visitas domiciliares, atendimento individualizado, orientação educativa, assistência jurídica, psicológica e social, grupos de estudo, supervisões, pedidos de benefícios, desenvolvimento de Projetos, acompanhamento processual. No contexto hodierno, percebe-se um aumento da criminalidade, mediante o fato de a pena privativa de liberdade, não mais atingir sua finalidade de reinserção social. Ela acaba por segregar ainda mais os condenados e impede revoltas por parte deles, estigmatizando e discriminando tanto os apenados como os egressos do sistema prisional. Nesse diapasão, surgiu as Penas Restritivas de Direito galgada em uma Política Criminal mais atual. Estas podem ser aplicadas tanto nos crimes de menor potencial ofensivo, que prevêm uma pena de até dois anos, quanto às condenações não superiores há quatro anos se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Nessas hipóteses, o cidadão condenado não mais estará sujeito a cumprir pena na prisão, mas sim ver sua pena substituída por Restritivas de Direito. Aquele que for condenado à Prestação de Serviço a Comunidade, espécie daquela, no Paraná, sujeitar-se-á a fiscalização do Pró-Egresso.



29 de outubro a 01 de novembro de 2007
Maringá – PR.